

Salmino, Zerafino, João, Justino e Joté fugiram! Resistências e identidades de africanos orientais impressas nos anúncios de fuga (Rio de Janeiro, 1840)

Salmino, Zerafino, João, Justino and Joté have fled! Resistances and identities of east africans printed in escape advertisements (Rio de Janeiro, 1840)

Layla Silva Ferreira,¹ PPGHCS/COC-FIOCRUZ

Resumo

Nenhuma outra cidade nas Américas se aproximou do quantitativo da população escravizada do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Escravizados das mais diversas regiões de África dividiam cenário com livres, libertos e outros cativos nascidos no Brasil. Experiências e expectativas eram postas à prova nas ruas Corte, com diferentes tentativas de subversão da ordem escravista, sendo uma delas objeto da presente investigação: as fugas de escravizados. O presente artigo, a partir da análise de anúncio de fuga coletiva entre africanos orientais, busca analisar a (re)construção de identidades por meio de articulações e estratégias para manter-se evadido, além de debater questões étnicas em torno desse grupo, ainda obliterada pela historiografia brasileira. As discussões aqui realizadas são provenientes de reflexões preliminares, ainda em desenvolvimento, em pesquisa de dissertação de mestrado.

Palavras-chave: História da Escravidão; fugas; africanos orientais.

Abstract

No other city in the Americas approached the number of enslaved people in Rio de Janeiro during the first half of the 19th century. Enslaved people from the most diverse regions of Africa shared the scene with free people, freed people and other captives born in Brazil. Experiences and expectations were put to the test on Corte streets, with different attempts to subvert the slave order, one of which is the object of this investigation: the escapes of enslaved people. This article, based on the analysis of an announcement of collective escape among East Africans, seeks to analyze the (re)construction of identities through articulations and strategies to remain evaded, in addition to debating ethnic issues surrounding this group, still obliterated by Brazilian historiography. The discussions held here come from preliminary reflections, still under development, in master's thesis research.

Keywords: History of Slavery; escapes; east africans.

Introdução

Era manhã de 25 de julho de 1840, quando seis escravizados saíram da *Tyjuca* (sic.) em direção à rua da Alfândega. José, de nação Congo, era companhia de Salmino, Zerafino, João, Justino e Joté, todos esses de nação Inhambane, provenientes da costa africana oriental.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC-FIOCRUZ) sob orientação da Prof^a. Dr^a Tania Pimenta. Integra o grupo de pesquisa Escravidão, Raça e Saúde - CNPq. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ Nota 10), a quem agradece financiamento.

Possivelmente advindos do mesmo cativo, os seis africanos se aventuraram, em fuga, pelas ruas da Corte escravista. O anúncio em procura dos fugitivos foi realizado três dias depois da escapada. Nele, o anunciante chama atenção para detalhes físicos que poderiam ajudar na procura desses pretos fugidos. José, segundo o anúncio, além de ser de uma “nação” diferente, também era mais velho em comparação aos demais, além de ser baixo e gago. Por sua vez, os africanos orientais evadidos, apresentavam, alguns, marcas étnicas em seus corpos e todos eram “moços” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28/07/1840).

A fuga coletiva, resumidamente descrita acima, abre-nos possibilidades analíticas para reflexão em torno das relações sociais no sistema escravista. De um lado, o anseio do proprietário - que não sabemos o nome - em busca de seis cativos perdidos. Por outro, a organização da fuga coletiva e as estratégias dispostas para manter-se evadido pelas ruas do Rio de Janeiro oitocentista. Tarefa árdua.

Sidney Chalhoub (1990; 2011) destaca que as lutas por liberdade moldaram o século XIX. As fugas de escravizados apresentam-se como uma possibilidade de perscrutar tentativas de subversão da ordem escravista. Legislador do século XIX e proprietário de escravizados, Perdigão Malheiro entendia que a “fuga é inerente à escravidão” (*apud* GOMES, 1996, p. 68). Logo, eram previsíveis e rotineiras. Todavia, em consonância com as inflexões historiográficas dos últimos cinquenta anos, que vêm se preocupando com o estudo sobre a autonomia escrava,² compreender as dinâmicas escravistas a partir do olhar do escravizado, entendendo as ações realizadas - como as fugas - de maneira singular. Assim, levaremos em evidência o caráter de procedência - ou seja, a nação daquele escravizado evadido - em consideração para analisar expectativas e experiências que poderiam ter sido colocadas à prova na fuga coletiva aqui analisada, entendendo que, mesmo a atividade tendo sido realizada de forma conjunta, se torna necessário compreender o caráter singular da ação.

O ato de fugir, por si só, pode ser encarado como uma das formas de resistência por parte de escravizados e escravizadas. Contudo, conforme mencionado, as fugas devem ser entendidas como ações individuais, a partir da experiência dos cativos, indo ao encontro da ênfase de Sidney Chalhoub ao atentar-nos para que “o significado de liberdade foi forjado na experiência do cativo” (CHALHOUB, 2011, p. 29). Logo, podemos compreender que o significado de fuga era único para cada cativo, mesmo encarados com obviedade pela classe senhorial.

² Em meados da década de 70, Sidney Mintz e Richard Price, por exemplo, defendiam que o impacto do tráfico atlântico havia sido capaz de destruir identidades preexistentes, enfatizando a importância de uma nova cultura afro-americana. Maria Helena Machado (1998) faz importante balanço historiográfico sobre a questão.

É possível, então, observar que o ato de fuga era muito mais complexo do que seu significado literal poderia nos propiciar. Reorganização étnica,³ de arranjos familiares e tentativas de negociação com o senhor são só algumas das possibilidades de sentidos e significados de fuga. Nesse sentido, a partir da narrativa em torno da fuga coletiva aqui apresentada, propõe-se aliar as discussões de liberdade - aqui, representada pelo ato de fuga - às complexas questões étnicas, possibilitando, assim, refletirmos sobre a (re)construção de comunidades, identidades em sentidos e significados diversos.

A fuga conjunta de cinco “africanos inhambanes” se deu de maneira aleatória? O que a presença de José, africano “congo” na evasão pode nos revelar? E os possíveis sentidos e significados das marcas étnicas presentes nos corpos de três dos fugitivos? De que forma podem nos auxiliar na discussão de culturas e identidades escravas? Serão essas, então, as questões basilares do presente estudo aqui realizado. Com base no anúncio de tal fuga coletiva, pretendemos refletir a (re)organização étnica e articulação de comunidades, tendo como agentes principais os africanos orientais na Corte escravista, objeto de estudo ainda obliterado pela historiografia nacional.

Cacos de ladrilhos no chão da Corte escravista: africanos orientais e (re)organização étnica

Durante a primeira metade do século XIX, a escravidão no Rio de Janeiro viveu o maior impacto do tráfico atlântico. Nenhuma outra cidade nas Américas se aproximou do quantitativo da população escrava do Rio durante o período. A partir dos cálculos de Karasch, o período em questão contou com a maior quantidade de escravizados trabalhando e vivendo no Rio de Janeiro (KARASCH, 2000, p. 29). Diversas revisões foram realizadas atentando-se para o volume do tráfico nas diferentes regiões das Américas.⁴ Para além disso, o início do século XIX também teve como marco importante, que causou impacto na escravidão africana, a chegada da corte portuguesa, atraindo, assim, toda a mão de obra escrava para a Corte do Império, aumentando a demanda por escravizados e impulsionando o tráfico, dobrando a média de importação, com a chegada de africanos de diferentes partes da África.

³ A temática de reorganização étnica foi amplamente discutida na historiografia, sobretudo internacional. Entende-se que escravizados forjavam sua identidade no Atlântico, considerando a sociabilidade entre diferentes grupos étnicos. Discussão a ser realizada adiante.

⁴ Estudos de quantificação foram revisitados por Florentino (1995) a partir de registros de desembarques de navios negreiros no Rio de Janeiro.

No Brasil, diversos pesquisadores têm-se inclinado a pensar as mais variadas possibilidades metodológicas a fim de entender as formações das identidades e os sistemas de identificação desses escravizados⁵ advindos de diferentes localidades do continente africano. Ao investigar as origens destes africanos, o estudo mais abrangente do tema é o principal trabalho da historiadora norte-americana mencionada anteriormente, que, ao utilizar diferentes tipos de fontes, teve o êxito de mapear diversas áreas de concentração africana de escravizados, que contribuíram para a “identificação das origens africanas de muitos tipos de cultura material e de rituais religiosos” (KARASCH, 2000, p. 33).

De acordo com a pesquisa de Karasch, os africanos centrais – sendo estes, divididos entre Congo norte, sul e norte da Angola - representavam 79,7%. Já os africanos orientais, objeto do presente estudo, contaram com cerca de 17,9%. A pesquisadora, ademais, ainda analisou 37 nomes como de “origem desconhecida” (KARASCH, 2000, p. 35 *apud* GOMES, 2012, p. 94). Corroborando as estimativas quantitativas propostas por Karasch no que diz respeito à presença de africanos orientais na Corte, análise realizada por Florentino (1995) salienta que em fins do século XVIII, a costa oriental africana contribuiu com cerca de 4,1% de africanos que desembarcaram nos portos do Rio de Janeiro. No entanto, este cenário alterou-se no início do século XIX, especificamente entre 1811 e 1830, momento em que a região em questão forneceu 20% do total de escravizados,⁶ culminando no fato do Rio de Janeiro passar a buscar cada vez mais escravizados na África Oriental e a “nação” moçambique se tornar uma das maiores do Rio, sobretudo, segundo os autores, a partir de 1830.

Nesse sentido, a predileção pelo estudo dos africanos orientais escravizados dá-se pela complexidade da conjuntura do tráfico no período em questão. Levamos como ponto de partida que a *experiência* de escravização de africanos orientais era singular. Por conseguinte, as ações - no presente caso, as fugas - no cotidiano escravista também são entendidas e analisadas respeitando o caráter individual de tais atos. Analisar tais experiências significa “estudar o processo social que as firmaram, junto às suas tradições acumuladas, buscando interpretar os significados que esses agentes sociais davam às suas ações” (THOMPSON, 1981, p. 189 *apud* FERREIRA, 2020, p. 406).⁷

⁵ Ver em: (REIS, 1997); (SLENES, 1991-1992), dentre outros.

⁶ (FLORENTINO, 1995, p. 85-89).

⁷ A historiadora Silvia H. Lara (1995), chama atenção para as possibilidades de operar as análises de Thompson às experiências negras no Brasil.

Em documentos da escravidão, comumente nos deparamos com o termo “nação”. Nos anúncios de fuga, a terminologia era quase que inevitável. Servia como uma “etiqueta”, que auxiliaria a procura daquele evadido. No anúncio em análise, a indicação da fuga de “seis pretos, cinco de nação inhambane” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28/07/1840), apresenta-se como exemplo da normalização de tal “código” narrativo, que se baseava na procedência daqueles evadidos africanos. No entanto, cabe refletir que a terminologia poderia ter sentidos e significados distintos para diferentes camadas da população escravista e, também, em diferentes tipografias documentais. Nos anúncios, tinham claro o objetivo de localização daquele escravizado fugido. O sentido do termo “nação” poderia, então, variar de acordo com a ótica analisada.

Ao pensar, então, na procedência desses escravizados, é válido atentar-se à ótica de que os africanos se inventaram em termos de “nações” a partir de diversos arranjos (família, Irmandades Religiosas, quilombos etc.), se articulando num cenário riquíssimo para análise, descobrindo “novas identidades sociais além dessas locais, e já múltiplas, que se formaram ao longo de seu caminho de sofrimento em direção à costa” (MILLER apud GOMES, 2012, p. 103). Dessa maneira, as identidades eram remarcadas em termos étnico-sociais. Assim, entendemos que os escravizados não tinham uma única identidade, mas várias⁸ (FARIAS; GOMES; SOARES, 2005). Em análise sobre a temática, o historiador Flávio Gomes salienta, que, ao pensar a demografia atlântica dos africanos, é possível notar diferentes combinações de nomenclaturas e termos que podiam aparecer ou desaparecer dependendo do período e das fontes consultadas. Em sua análise, Gomes entende que as variações “poderiam ser motivadas pelas conexões das classificações utilizadas no tráfico com as montagens trans étnicas das primeiras experiências na diáspora, no caso, o Rio de Janeiro” (GOMES, 2012, p. 101).

Historiadora estadunidense referência no debate, Gwendolyn Midlo Hall (2005) corrobora com a reflexão ao enfatizar que o sentido em que se emprega o termo “nação” na documentação produzida nas Américas é complexo e pode ser entendido como múltiplo. Segundo a autora, torna-se fácil confundir-se diante do número de nomenclaturas que aparecem para se referir a uma variedade de populações ao longo do tráfico atlântico. Portanto, para Hall, o significado das “nações” e a designação étnica variam no tempo e no espaço.⁹

⁸ A fim de esmiuçar o assunto da construção de identidades, ver: (FARIAS; GOMES; SOARES, 2005).

⁹ (HALL, 2005).

Ademais, o trabalho de Parés, auxilia-nos a compreender “a gênese e a manutenção das identidades étnicas dos africanos no Brasil” (PARÉS, 1990, p. 15). Para o contexto do tráfico atlântico durante o século XIX, os diversos grupos de africanos escravizados, com suas particularidades históricas, linguísticas, dentre outras diferenciações, teriam sido classificados, de forma conveniente para o sistema escravista, sob designações genéricas. Ainda segundo Parés:

Essa diversidade de identidades coletivas estava sujeita a transformações históricas, devido a diversos fatores, tais como alianças matrimoniais, guerras, migrações, agregação de linhagens escravas, apropriação de cultos religiosos estrangeiros ou mudanças políticas. Em muitos casos, as denominações de certos grupos eram criadas por povos vizinhos ou poderes externos, sendo subsequente apropriadas pelos membros dos grupos assim designados. Cabe notar também que a imposição dessas denominações externas muitas vezes incluía uma pluralidade de grupos originalmente heterogêneos (PARÉS, 1990, p. 24).

Nesse sentido, outras abordagens historiográficas, contudo, identificam um processo de ampliação de tais identificações pré-existentes na construção de identidades a partir da *experiência* da escravidão antes mesmo do cativo, que servem de fundamentação para nossa presente reflexão. O historiador Robert Slenes¹⁰ traz como foco de sua análise os paradigmas comuns¹¹ das populações centro-africanas escravizadas, especialmente no sudeste, como ponto fundamental na sociabilidade étnica na construção de identidade dos escravizados na diáspora. Ao analisar a formação da identidade “bantu” o autor destaca a complexidade dos processos de (trans)formações identitárias:

Sugeri que para muitos africanos *esse processo iniciou-se, não na experiência compartilhada da terrível travessia para a América, mas antes disso, no suplício da viagem para a costa*; e começou pela descoberta de que a comunicação com os companheiros dessa viagem não era impossível. A continuação ou rompimento desse processo, contudo, teria dependido da experiência dos escravos no Novo Mundo, e das suas possibilidades de encontrar outras afinidades entre si, para além da comunidade da palavra (grifos meus; SLENES, 1992, p. 55).

A análise de Slenes baseia-se na reflexão das construções de identidades e suas reconfigurações a partir da experiência de africanos centro-ocidentais no tráfico escravista. Acreditamos, então, que a pertinente observação proposta pelo historiador - grifada na citação acima - de que o processo de reconstrução étnica deu-se ainda no momento da cruel travessia

¹⁰ (SLENES, 1992).

¹¹ A discussão em torno da análise da “gramática cultural comum” se faz presente em: (MINTZ; PRICE, 1992).

atlântica pode ser ajustada para refletirmos sobre tal questão para o caso específico de africanos orientais. Isso porque as viagens em negreiros rumo à Corte eram mais demoradas. Estima-se que, em média, o dobro do tempo se comparado com portos da África Centro-Occidental. Entende-se, então, que tal fator também contribuiu para que tais viagens tenham se tornado mais regulares apenas nos fins do século XVIII e em larga escala apenas no século XIX. Ou seja, pode-se entender que a *experiência* de escravização de africanos orientais era singular. Suas formas de sociabilidade entre *malungos*¹² tornava-se ainda mais complexa.

Provenientes dos portos da África Oriental, compreende-se as “nações” moçambique, quelimane, inhambane e makua como os principais *grupos de procedência* da África Oriental. A categoria “grupos de procedência” foi empregada por Mariza de Carvalho Soares à medida que a historiadora compreende que tal ideia “se constitui na relação entre o escravo e a sociedade escravista” (SOARES, 1998, p. 90). Ao analisar registros de batismo setecentistas, Soares atenta-nos para a possibilidade de que, se de um lado, os registros (onde, também podemos entender como “ótica senhorial” e, assim, estender aos anúncios) se apropriam de categorias de grupos étnicos africanos e ao universo da geografia do tráfico, estes mesmos grupos se apropriam das “novas” identificações para se (re)organizarem.

Ao nos munir dos trabalhos de Edward Alpers,¹³ importante pesquisador do tráfico de africanos orientais, percebemos que há indicações históricas que enfatizam que os africanos orientais escravizados, denominados de forma genérica, em sua maioria, como “moçambiques” configuraram uma “nação” mais complexa e multifacetada do que é apresentado atualmente na historiografia. Os africanos provenientes da contracosta eram geralmente registrados nos documentos oficiais como “moçambiques”.

Também é possível observar outras designações de acordo com os portos de embarque. Eram denominações também genéricas, como “macuas” (ou *makuas*) para aqueles embarcados a partir do norte de Moçambique; “inhambanes”, para aqueles exportados pelo porto no sul de Moçambique, o mais importante do tráfico negreiro da região, e, “quilhamane”, indicando embarque no segundo maior porto escravista, na foz norte do rio Zambeze.¹⁴ Karasch, outrossim, analisa a problemática de tais generalizações:

¹² Entende-se por “malungos” os companheiros de viagem atlântica. Robert Slenes (1992) faz uma interessante reflexão sobre a construção de comunidades no Atlântico.

¹³ (ALPERS, 2018).

¹⁴ O pesquisador português Eduardo Medeiros chama atenção para as problemáticas em torno da generalização de tais designações. Ver em: (MEDEIROS, 2018).

Os estereótipos cariocas dizem-nos pouco sobre os grupos étnicos específicos importados da África Oriental e a amostra deles é infelizmente limitada. Uma vez que os africanos do Leste não eram bem conhecidos no Rio, os senhores tendiam a chamá-los todos de “moçambiques”, dando-lhes o nome da antiga portuguesa (KARASCH, 2000, p. 59).

Todas essas designações, além de genéricas, são provenientes de nomes de portos de embarque. Este ato, então, levanta importantes questões sobre as identidades étnicas e culturais destes africanos orientais, visto que a aquisição de identidade no Atlântico era reflexo do processo que o pesquisador português Eduardo Medeiros denominou como “moçambicanização” desses escravizados, que impactaria nas suas manifestações sociais e culturais em diáspora:

Independentemente da duração de sua permanência, os africanos escravizados trazidos a esses postos comerciais costeiros eram registrados nos documentos oficiais segundo as suas origens. No entanto, depois de serem embarcados para o seu destino final, os escravos recebiam denominações mais genéricas e passavam a ser registrados como “moçambiques”, “makuas” (nome genérico dado a todos os povos vindos do norte de Moçambique) ou “inhambanes” (aqueles que saíram pelo porto Inhambane no sul de Moçambique). Esta “moçambicanização” dos escravos exportados através dos portos de Moçambique levanta sérias questões sobre suas identidades culturais no destino final (MEDEIROS, 2018, p. 166).

Karasch corrobora com tal análise:

Outra tendência era a de agrupar os escravos africanos orientais por portos de exportação (...) de todos os termos, os cariocas preferiam três: moçambique, quelimane e inhambane, que refletem as três maiores regiões de escravidão da África Oriental no século XIX (KARASCH, 2000, p. 60).

Nesse sentido, a partir do exposto, percebe-se que os africanos provenientes da contracosta tiveram grande importância na complexidade nas relações sociais escravistas, principalmente no sudeste e, ainda em maior escala, na Corte durante o século XIX. Todavia, mesmo diante da complexa discussão aqui resumidamente apresentada, as averiguações tendo a Corte como análise não dão atenção específica aos africanos orientais. A problemática em questão é enfatizada por Alpers,¹⁵ que cita o intenso debate proposto por diversos estudiosos em torno da importância da África Centro-Occidental na formação social e identitária da sociedade brasileira, entretanto, chama atenção para a ausência de reflexões em torno da formação de identidades diaspórica dos denominados “moçambiques”, especialmente no sudeste brasileiro no século XIX, onde, conforme explicitado, contou com importante

¹⁵ Ver em: (ALPERS, 2005).

presença de africanos orientais escravizados. Tal hiato é ainda mais perceptível ao observar as investigações em torno da temática na Corte durante o período de maior desembarque de africanos provenientes da contracosta.

Dessa maneira, entendemos que a presença de africanos orientais na Corte no período oitocentista configurou a paisagem da cidade. Assim, diante da complexidade do período em questão, aliado à grande iminência do tráfico na contracosta, pode-se observar - a partir da análise dos anúncios de fuga - que escravizados afro-orientais forjaram suas relações sociais no cenário escravista a partir da experiência singular do tráfico na África Oriental aqui detalhado.

Assim, compreende-se que, a partir das narrativas de fuga, torna-se possível refletir sobre reconfigurações identitárias e formação de comunidades. Principalmente, se pensarmos nas fugas coletivas entre africanos orientais, como o caso da ação de Salmino, Zerafino, João, Justino e Joté. Esses africanos, identificados como pertencentes à mesma "nação", fugiram juntos depois de encarar a cruel travessia lado a lado, tornando-se malungos? Ou forjaram sua sociabilidade em cativo? A narrativa da fuga dos cinco "pretos inhambanes" nos propicia a possibilidade de refletir a hipótese mencionada anteriormente de que as identidades poderiam se reinventar no Atlântico e na experiência escravista, num grande "chão de cacos de ladrilho", sendo estes as designações de procedência. Logo, aliar as discussões de liberdade (aqui, representada pelo ato de fuga) às complexas questões étnicas nos fornece a possibilidade de pensar a construção de identidade em sentidos e significados diversos.

Corpos e marcas atlânticas: etnicidade impressa nos anúncios de fuga

Conforme observamos, a ideia de "nação" se fez presente no sistema escravista numa tentativa de identificar aqueles escravizados a partir do local de sua procedência africana. Tais designações, realizadas geralmente a partir dos portos de embarque, apresentam-se como genéricas e foram problematizadas por historiadores e antropólogos nos últimos anos. As "nações" eram comumente descritas em diversos tipos de documentos escravistas. Dentre eles, os anúncios - de fuga, venda ou compra - de escravizados.

Nos parágrafos a procura dos personagens aqui analisados, o anunciante enfatiza que, dos cinco pretos de "nação inhambane", "trez tem signaes da mesma nação" (sic.) (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 2/07/1840). Por meio dos anúncios de fuga, podemos perceber alguns códigos de controle, sempre a partir da menção de características corporais dos evadidos. Nesse sentido, o corpo entra em questão como objeto central de nossa análise.

Muito se debateu, sobretudo em trabalhos antropológicos, sobre a história do corpo.¹⁶ No entanto, quando nos deparamos com o corpo escravizado, ainda pouco conhecemos.¹⁷ Isso porque, conforme vamos observar ao longo do presente trabalho, o desafio é complexo. Complexo, pois as fontes por nós analisadas, refletem a lógica senhorial.

Historiador e sociólogo francês, George Vigarello (2003) apresenta interessante problematização sobre a análise de corpos enquanto agente histórico. Entende que é possível analisá-los através de três faces. Aqui, chamamos atenção para o que o autor enumera como segunda face: a do *princípio de propriedade* (VIGARELLO, 2003, p. 22). Mesmo não se referindo necessariamente ao sistema escravista, Vigarello esbarra numa hipótese que nos permite analisar o que convencionamos chamar de *corpo escravizado*. Esse “corpo”, possuidor de diferentes histórias, angústias e desejos, foi homogeneizado por um sistema que tinha como pretensão observá-lo como objeto e mão de obra. Nesse sentido, a face do princípio de propriedade que Vigarello propõe cabe como ferramenta analítica ao propormos um trabalho que tenha o *corpo escravizado* como protagonista, na medida que entende tal face como “posse, pelo corpo, de um espaço, nele, de um território totalmente pessoal, ou seja, apropriação do ser mais íntimo de si” (VIGARELLO, 2003, p. 22).

Entendemos, logo, que o *corpo escravizado*, então, é construído no Atlântico, em travessia. Aquele corpo, no sentido não só material, mas também simbólico, foi configurado nos tumbeiros e ressignificado pelas lógicas senhoriais. Tais lógicas valeram-se do *princípio de propriedade* ao utilizarem de características corpóreas daqueles sujeitos com pretensão atribuição de valor (como nos casos dos anúncios de compra, venda ou aluguel) ou de categorizações genéricas com simples objetivo de localizar tal mão de obra perdida - como observamos nos anúncios de fuga, aqui problematizados.

As marcas e sinais que podem ser visíveis a olho nu, possibilitando a localização daquele escravizado fugido constroem o que a historiadora norte-americana Marisa Fuentes chama de “hieróglifo social”, ou seja, um sistema de marcas, um código de narrativas e linguagens sobre sinais no corpo do escravizado presente nos anúncios de fuga que “comunica o status de escravizados aos outros - escravizados e livres” (FUENTES, 2016, p. 16). Assim sendo, tais “marcas de nação” se apresentam como um grande código narrativo naturalizado pela sociedade escravista. Um escravizado de determinada nação: tal narrativa já trazia consigo um imaginário estigmatizado pelo sistema.

¹⁶ Em conhecido trabalho, José Carlos Rodrigues (1999) debate as representações sociais do corpo e da morte tendo como ponto de partida a Idade Média. Ver em: (RODRIGUES, 1999).

¹⁷ (JOHNSON, 1999 *apud* BARBOSA; GOMES, 2016, p. 276).

Com o aumento do tráfico de escravizados no século XIX, a Corte recebeu diversos viajantes, sobretudo europeus, com pretensão de fazer daquela *cidade negra*,¹⁸ um “laboratório cultural” (SELA, 2006, p. 194). Tais viajantes construíram um imaginário sobre os africanos na cidade a partir de seus objetivos particulares. Imprimiam, assim, retratos e relatos por meio dos corpos visíveis que construía o cenário da Corte oitocentista, “acabando por criar uma grande rede de tópicos textuais e imagéticas que passaram a circular no mercado editorial europeu” (SELA, 2006, p. 219). E, evidentemente, também circulavam o mercado editorial na Corte. Por exemplo, nos anúncios de fuga, como estamos percebendo.

O historiador francês Jean Ferdinand Denis esteve em visita ao Rio de Janeiro entre os anos 1816 e 1831. Eneida Sela, em trabalho proveniente de sua tese de doutorado, ao descrever sobre a experiência de Denis ao longo desses quinze anos, chama atenção para o fato de que “o convívio prolongado do historiador no Rio de Janeiro permitiu-lhe colecionar inúmeras descrições e valorações a respeito dos negros e suas heranças africanas” (SELA, 2006, p. 195). Ao mencionar o cenário na Corte oitocentista, Denis, ainda no século XIX, chama atenção para a multiplicidade étnica na *cidade negra*, atentando para a distinção que existia entre africanos e escravizados nascidos no Brasil, justamente impressos em seus corpos, possível de vê-los a olho nu. Denis se referia às escarificações, nas quais o viajante afirma distinguir entre si as “diferentes nações” africanas (SELA, 2006, p. 196).

Convergindo com o enfoque sobre tais marcas, em pioneiro trabalho que relacionava escravizados e anúncios nos jornais da Corte no século XIX, Gilberto Freyre chamou atenção sobre as marcas nos corpos de africanos, descritas pelos anunciantes, em que registravam, “em vários casos, em corpos de escravos, marcas das chamadas de “nação”, isto é, de tribo e, por conseguinte, identificadoras de predominâncias de características psicossomáticas e de situações culturais” (FREYRE, 1979, p. 35). Freyre, à época, não tinha como pretensão realizar um estudo aprofundado sobre tais marcas. Ao buscar descrever como os escravizados eram representados nos diversos tipos de anúncios nos jornais oitocentistas, o autor utilizou, de forma interseccionada, a sociologia e a antropologia, analisando milhares de anúncios de Pernambuco e do Rio de Janeiro, de maneira comparativa, chamando atenção para o que se refere como sinais “tribais”, obviamente sem rigor teórico que a historiografia passou a debater a partir dos anos 80 sobre as complexas discussões no que diz respeito à ideia de “nação”, aqui anteriormente mencionadas.

¹⁸ Ver categoria em: (FARIAS; GOMES; SOARES; ARAÚJO, 2006).

A historiografia brasileira pouco se deteve na análise de tais marcas, ditas por Freyre como “tribais”. Diversos viajantes, no entanto, chamaram atenção de tais escarificações em suas obras e relatos. Casos dos pintores Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, por exemplo.¹⁹ A motivação para a pouca atenção da historiografia nacional possivelmente deve-se à grande dificuldade de atestar os sentidos e significados de tais marcas.

Em trabalho sobre a história da tatuagem no Brasil, a historiadora Silvana Jeha realizou interessante discussão sobre tais marcas de africanos escravizados, valendo-se também da utilização dos anúncios de fuga como fontes. Ao perscrutar tais parágrafos, a autora atentou para o fato de que “os sinais, ou marcas de nação, são geralmente escarificações feitas segundo as tradições dos diversos povos africanos que vieram escravizados ao Brasil” (JEHA, 2019, p. 91). Nesse ínterim, Jeha se debruçou em buscar observar, a partir das repetições de narrativas sobre tais sinais nos anúncios, há uma possibilidade de “padrão” de escarificações para cada *grupo de procedência* descrito nas fontes. Estratégia similar foi desenvolvida na presente pesquisa aqui apresentada de forma abreviada.

Sabemos que tanto Salmino quanto Zeferino, João, Justino e Joté eram da “nação” do que o sistema escravista convencionou a denominar de “inhambanes”, provenientes do porto no sul de Moçambique. Dos cinco africanos que se aventuraram em fugir pelas ruas da *Tyjuca* (sic.), três tinham em seus corpos - possivelmente, no rosto, como era comum - “*signaes de nação*” (sic.), sendo um deles “até a ponta do nariz” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 28/04/1840). O anunciante não especificou, todavia, quais dos cinco pretos fugidos tinham tais marcas. Nem mesmo quais deles era possuidor de sinal até o nariz, que enfatizou. Contudo, chamamos atenção para a disposição da marca descrita: até a ponta do nariz. Silvana Jeha, em referido trabalho, atenta para o fato para a comum presença de “linhas de pontos quelóide do alto da testa à ponta do nariz”, sendo esta uma “marca reconhecidamente inhambane” (JEHA, 2019, p. 120).

Para o ano da fuga coletiva analisada, 1840, foram coletadas 44 ocorrências de africanos orientais fugidos pelas ruas da Corte. Desse número, um pouco mais de 22% tinham como características descritas tais borbulhas que iam “da testa até a ponta do nariz”, característico da “nação” inhambane, segundo Jeha, conforme detalhado na tabela abaixo.

¹⁹ Temos como exemplo: (DEBRET, 1835); (RUGENDAS, 1835).

Marcas de “nação” (1840)	Ocorrências	%
Total analisado	44	100%
“Na testa”	15	34%
“Da testa até a ponta do nariz”	10	22,7%

Fonte: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1840).

Importante observar, ademais, a menção de marcas na “testa”, que também eram característicos de africanos orientais. A introdução dos valores desses sinais na análise aqui feita parte do princípio da possibilidade de as marcas lidas como “na testa” também terem como portadores africanos “inhambanes”, na medida que o anúncio era descrito de forma pragmática, podendo, dessa forma, ter menções ocultas - lidas como não tão importantes.

Considerações finais

Ao longo da presente análise, podemos refletir sobre, a priori, uma das diversas estratégias de subversão da ordem senhorial: as fugas. Contudo, atentamos para a importância de perscrutar o ato fuga fugindo das convenções de entender a ação como simplória, rotineira e óbvia. Fugir poderia ter significados diferentes para cada indivíduo, a partir das suas singularidades de *experiência* no sistema escravista. Uma dessas singularidades, como vimos, podia ser a procedência daquele cativo. Africanos orientais, como vimos, levavam cerca de sessenta a setenta dias de travessia a bordo dos cruéis tumbeiros, propiciando uma vivência singular do processo de escravização.

Os africanos orientais, ademais, (re)organizados etnicamente a partir dos portos de embarque, foram “etiquetados” com designações genéricas. A (re)construção identitária no Novo Mundo poderia se dar de diferentes maneiras, e, uma delas, por meio das fugas.²⁰ A fuga de Salmino, Zerafino, João, Justino e Joté - ao lado de um africano Congo, não devemos esquecer -, configura-se como um exemplo notório de tal tentativa de reconstrução de identidades.

Para além, é de suma importância as análises que dizem respeito às marcas étnicas escarificadas nos corpos de tais cativos, aparentes em um dos rostos fugidos descritos no anúncio aqui analisado. Como vimos, infelizmente sabemos pouco sobre “determinados sentidos e significados” das chamadas “marcas de nação”. Aldair Rodrigues (2021) chama atenção para o fato de que as marcas podiam ser feitas por muitos propósitos, passando desde

²⁰ Os historiadores Carlos Eugênio Soares e Flávio dos Santos Gomes (2001), realizaram instigante reflexão em que, a partir de fugas e “seduções” chamam atenção para como cativos podiam forjar suas identidades - “não só étnicas, mas também escravas, sociais e espaciais” (SOARES; GOMES, 2001).

sentidos religiosos, míticos, de autoridade e até mesmo curativos (RODRIGUES, 2021, p. 132).²¹ Entendemos, então, que o sentido de nação e de etnicidade - como estão presentes nos anúncios - foram construídos no tráfico, em deslocamento, e implicando na generalização de tais “marcas de nação”, conforme sugere o trabalho de Rodrigues.

As “marcas de nação” eram comumente utilizadas pelos anunciantes. Tratavam-se de descrições que reuniam impressões senhoriais, mesmo que improvisadas e instantâneas para localizar o cativo perdido. Mas, e para o escravizado? Qual o sentido que esse “sistema de marcas” podia representar? Sabemos pouco, conforme mencionamos, sobre os significados de tais marcas étnicas. Todavia, ao retornarmos à proposição de Rodrigues (2021), que salienta que tais marcas, “na África, de forma muito sintética, podemos afirmar que as marcas rituais funcionam como índices biográficos” (RODRIGUES, 2021, p. 133), pode-se sugerir que as chamadas “marcas de nação”, com significado de construção de um sistema de linguagem de dominação, para aqueles escravizados, tinham sentido muito além do estético. Podiam, logo, configurar como uma possibilidade de construção de comunidades - a partir da semelhança e diferença das marcas impressas - e reconstrução étnica, dado o fator da generalização das designações étnicas no sistema senhorial.

Dessa maneira, observamos, a partir da sucinta reflexão aqui apresentada, que o corpo do africano escravizado pode ser entendido como resultado de uma criação atlântica. A historicidade desse corpo, em seu sentido para além do biológico e material, foi mutilada, a partir do momento que a ideia de “corpo escravizado” é construída em travessia.²² Este corpo, então, ressignificado em diáspora torna-se importante arma para a superação da ordem escravista - a partir das fugas, como vimos - e para as possibilidades de reconstruções étnicas - se pensarmos nas chamadas “marcas de nação” - além de construções de identidades e comunidades. Assim, observamos que reflexões em torno desse corpo escravizado podem permitir-nos melhor compreender as relações sociais no sistema escravista a partir da ótica e da agência de cativos e cativas.

Fontes

Diário do Rio de Janeiro, 1840. Acesso em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

²¹ Aldair Rodrigues (2021) realiza instigante trabalho sobre escarificações nos corpos de escravizados. No entanto, é válido mencionar que seu objeto se concentra em Africanos Ocidentais nas Minas Gerais setecentistas, utilizando fontes alfandegárias. Ver em: (RODRIGUES, 2021).

²² A reflexão em torno da ideia de “historicidade mutilada” é proveniente dos debates realizados pela historiadora estadunidense Marisa Fuentes (2016).

Referências Bibliográficas

- ALPERS, Edward A. 'Moçambiques' in Brazil: another dimension of the African Diaspora in the Atlantic World. *Africa and the Americas: interconnections during the slave trading*. In: **Africa World Press**, Ontário, p. 43-68, 2005.
- ALPERS, Edward A. Africanos Orientais. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira e GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio. **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Outras Letras, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. Editora Companhia das Letras, 2011.
- DEBRET, Jean-Baptiste. Différentes nations nègres. In: _____. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**, 1835.
- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **No labirinto das nações: africanos e identidade no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.
- FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio; ARAÚJO, Carlos Eduardo. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Alameda, 2006.
- FERREIRA, Fernanda. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 36, 2020.
- FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995, p. 85-89.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- FUENTES, Marisa J. **Dispossessed lives: Enslaved women, violence, and the archive**. University of Pennsylvania Press, 2016.
- GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. **Revista Tempo**, v. 1, n. 1, p. 67-93, 1996.
- _____. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 81-106, 2012.
- HALL, Gwendolyn Midlo. Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.6, n.10, p.29-70. 2005.
- JEHA, Silvana. **Uma história da tatuagem no Brasil: do século XIX à década de 1970**. Veneta, 2019.
- KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

- LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: EP Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 12, p. 43-56, 1995.
- MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 8, n. 16, 143-160, 1998.
- MEDEIROS, E. C. Moçambicanização dos escravos saídos pelos portos de Moçambique. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 12, n. 23, p. 166-203, 31 dez. 2018.
- MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana**. Uma perspectiva, 2003.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Editora da UNICAMP, 2018.
- REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.7-33. 1997.
- RODRIGUES, Aldair. “Com duas gejas em cada uma das fontes”: escarificações e o processo de tradução visual da diáspora jeje em Minas Gerais durante o século XVIII. **Afro-Ásia**, n. 63, p. 128-180, 2021.
- RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Editora Fiocruz, 1999.
- RUGENDAS, Johann Moritz. **Mozambiques**, 1835.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. A África carioca em lentes européias: corpos, sinais e expressões. **Revista Brasileira de História**, v. 26, p. 193-225, 2006.
- SLENES, Robert. Malungu Ngoma vem! A África coberta e descoberta do [no] Brasil. **Revista USP**, n.12, dez.-fev, p. 48-67, 1992.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). **Locus: Revista de História**, v. 7, n. 2, 2001.
- SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 303-330, 2004.
- _____. Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista. **Tempo**, Vol. 3 nº6. 1998.
- VIGARELLO, Georges. A história e os modelos do corpo. **Pró-posições**, v. 14, n. 2, p. 21-29, 2003.